

## **ATA DA 61ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**DATA::** 16/04/13

**HORA::** 9h30

**LOCAL:** Centro Tecnológico de Hidráulica, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120, Cidade Universitária (USP), Butantã, São Paulo – SP

### **PARTICIPANTES:**

Antonio Carlos Coronato – DAEE/SSRH

Fernando Jordani Feliti – P.M Cajamar

Lurdes Maria Torres da Silva Maluf – SMA

Mariza G. Prota – SSRH/SABESP

Ronaldo Sergio Vasques – FIESP

Teresa Lana – SE/EMAE

Yara Maria Chagas de Carvalho – SAA/APTA/IEA

Vera Lucia Palla – SAA/CATI

Andre Elia Neto – UNICA

Miron Rodrigues da Cunha – CDPEMA

João Cabrera Filho – FAESP

Débora Riva – FIESP

Bruno Raniely G. Santos - SABESP

### **COORDENAÇÃO:**

Antonio Carlos Coronato – DAEE/SSRH – [acoronato@sp.gov.br](mailto:acoronato@sp.gov.br)

### **RELATORIA:**

Fernando Jordani Feliti – P.M Cajamar – [fernando.jordani.usp@gmail.com](mailto:fernando.jordani.usp@gmail.com)

### **PAUTA DA DISCUSSÃO:**

1. Aprovação da ATA da reunião de 14/03/2013;
2. Análise do estudo de fundamentação para implantação da cobrança no CBH-AP;
3. Informes.

1 Eduardo Fukano – Sindicato Rural de Piedade - FAESP (ausência justificada)

2 A reunião se iniciou com o Sr. Coronato sugerindo a inversão da pauta, iniciando-se  
3 pelo item 3 – Informes, o que foi aceito pelos membros da CTCOB. Ele seguiu dizendo  
4 que com a aposentadoria do Sr. Eliseu Ayabe, até então coordenador da CTCOB, ele  
5 passaria a ser o representante pela SSRH, tendo seu nome sido encaminhado pela  
6 direção do DAEE à Secretaria Executiva do CRH. Como até aquele momento da  
7 reunião não havia a presença do representante do segmento Município, decidiu-se  
8 que a escolha do novo coordenador seria realizada na próxima reunião. Em seguida, o  
9 Sr. Coronato reportou aos membros da CTCOB que a minuta de Deliberação do TG  
10 não havia sido colocada em pauta na reunião conjunta CTAJI/CTUM para análise, pois  
11 foi questionado pelos membros da CTAJI que não havia representante dos usuários  
12 na plenária que aprovou a Deliberação do CBH-TG. A seguir ele colocou para  
13 discussão do grupo se seria interessante, na análise dos estudos de fundamentação  
14 para implantação da cobrança, dos próximos CBH, que um representante dos mesmos  
15 fosse convocado para dar maiores explicações. Decidiu-se que este representante  
16 seria convidado após a CTCOB ter efetuado toda a análise e tê-la encaminhado ao  
17 CBH com as devidas necessidades de correção e demais questionamentos.  
18 Finalmente, o Sr. Coronato lembrou aos integrantes da CTCOB que no dia 30 de abril  
19 de 2013 haverá reunião do CRH e, se seria conveniente manter a reunião agendada  
20 da CTCOB. Os membros acharam melhor cancelar a reunião do dia 30 de abril de  
21 2013, passando o assunto para a reunião seguinte. Como segundo tópico da pauta, o  
22 Sr. Coronato passou para a aprovação da Ata da reunião do dia 14 de março de 2013.  
23 Entretanto, os membros concluíram que a aprovação da Ata não deveria ser efetuada,  
24 pois não havia até aquele instante o representante do segmento Municípios, ficando  
25 este assunto para uma próxima reunião. Por fim, passou-se para o item 2 da pauta, à  
26 análise da fundamentação para implantação da cobrança no CBH-AP. Iniciou-se a  
27 discussão visando avaliar se o referido estudo estava de acordo com o conteúdo  
28 proposto pela deliberação CRH 111. O item I foi aprovado pela CTCOB. Quanto ao  
29 item II, a Sra. Iara questionou que o estudo apenas utilizou dados quantitativos para as  
30 indústrias. Após discussão acerca do assunto, decidiu-se solicitar ao CBH-AP  
31 esclarecimentos no tocante ao cadastro do setor industrial bem como  
32 complementação dos dados qualitativos. Acerca do item III, a Sra. Mariza questionou  
33 os dados da relação de coleta e tratamento de esgoto uma vez que Marília, maior  
34 município da região e, por conseguinte maior carga poluidora potencial, não possui  
35 tratamento e, que mesmo assim, o percentual de tratamento total da UGRHI-21,  
36 segundo o estudo, é de 92,8% o que demonstrou discrepância entre os dados.  
37 Decidiu-se por solicitar a correção do texto no tocante à porcentagem do esgoto  
38 coletado e tratado além da porcentagem de tratamento da UGRHI-21 bem como  
39 esclarecimentos acerca dos dados. Os itens IV e V foram considerados atendidos pela  
40 CTCOB. Em relação ao item VI, a Sra. Iara apontou que na tabela 2.10 e 2.11,  
41 referente ao setor secundário, existe estabelecimentos industriais que não possuem  
42 ou apenas possuem um empregado. O Sr. Coronato levantou que para a finalidade do  
43 trabalho como um todo tal questionamento não trará consequências. Contudo, a Sra.  
44 Mariza levantou que se a deliberação CRH 111 deve ser seguida então deve haver um  
45 esclarecimento referente aos dados das referidas tabelas. Portanto, solicitou-se que os  
46 valores das tabelas 2.10 e 2.11 sejam comentados. Ainda no item VI, a Sra. Iara  
47 sugeriu a remoção da palavra “industrial” no segundo parágrafo da página 35 visto que  
48 se trata do setor terciário. Em relação ao item VII, observou-se que o percentual de  
49 ações do PBH a serem financiados com recursos advindos da cobrança foram  
50 distribuídos em 12 PDCs, conforme página 171. Não obstante, o Sr. Coronato  
51 questionou os dados relativos aos cenários desejável e recomendável entre o plano de  
52 bacia e o estudo de fundamentação. Além disso, o Sr. Coronato também demonstrou  
53 preocupação com a utilização de dados adaptados. O Sr. André ressaltou que o plano  
54 de bacia deve ser o norteador do estudo de fundamentação da cobrança e deve tomar

55 como base os recursos propostos pelo plano para cumprimento das ações. O Sr.  
56 Ronado demonstrou preocupação no tocante ao valor para cumprimento das ações do  
57 cenário desejável em relação ao cenário recomendável visto que há uma disparidade  
58 de aproximadamente 700 milhões de reais entre eles. Ainda, o Sr. Ronaldo apontou  
59 que o percentual dos recursos obtidos pela cobrança em relação ao montante total de  
60 recursos deve ser elaborado utilizando como base o cenário recomendável e não o  
61 cenário desejável. Nesta mesma linha de raciocínio, o Sr. Miron levantou que como se  
62 espera que os 167 milhões de reais relativos ao cenário piso vão cobrir os 957 milhões  
63 de reais necessários para o cumprimento das ações do cenário desejado. Para findar  
64 o assunto, decidiu-se então analisar outros estudos de fundamentação da cobrança a  
65 fim de avaliar como eles abordaram a questão cenário desejável x cenário  
66 recomendável visando finalizar a discussão do item na próxima reunião. Por fim o Sr.  
67 Coronato agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar a reunião  
68 foi encerrada.

**Antonio Carlos Coronato**

Em nome do Coordenador da CTCOB

(aprovada em 14/05/2013)

**Fernando Jordani Feliti**

Relator da CTCOB